



RECORDE Ao lado de Luiz Otávio, Dutra (E) diz que país deve produzir diariamente 1,7 milhão de barris

Dutra prevê auto-suficiência de petróleo no próximo ano

O Brasil poderá atingir no próximo ano auto-suficiência na produção de petróleo. A previsão foi feita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pelo presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra. Durante a audiência pública, Dutra apresentou dados sobre a situação da Petros, o fundo de segurança dos funcionários da estatal do petróleo.

Página 4

Crivella: "Chacina deve sacudir consciência coletiva"

O senador Marcelo Crivella afirmou, em discurso no Plenário, que dificilmente um bando de assassinos percorreria livremente as ruas de Ipanema ou do Leblon para trucidar três dezenas de pessoas, como ocorreu na Baixada Fluminense. Ele disse que a chacina deve sacudir a consciência coletiva, em busca da reversão desse quadro.

Página 8

Acordo deve garantir votação do biodiesel

Pequenos agricultores que cultivam palma e mamona no semi-árido nordestino não pagarão imposto na comercialização da matéria-prima

Líderes partidários no Senado conseguiram ontem fechar acordo para votar hoje o projeto de lei de conversão da medida

provisória que incentiva a produção de biodiesel no país. A proposta está trancando a pauta e impedindo a votação de inú-

meras outras matérias. Os maiores beneficiários da negociação entre os líderes são os pequenos produtores do semi-árido

nordestino que cultivam palma e mamona: eles não pagarão impostos na venda da matéria-prima que resultará no biodiesel.

Página 3



DEFINIÇÕES Na reunião presidida por Renan Calheiros, os líderes discutem o que fazer com as medidas provisórias e o Orçamento da União

Educação infantil pode receber verba do fundo contra pobreza

Projeto que destina à educação infantil em tempo integral 20% do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. A matéria ainda terá que ser examinada pela Comissão de Assuntos Sociais.



HOMENAGEM Presidida por Hélio Costa, a Comissão de Educação aprovou também feriado em 20 de novembro - Dia da Consciência Negra

Página 5

Edição de MPs terá novas regras, anuncia Mercadante

"Estamos muito próximos do acordo", anunciou o líder do governo, Aloizio Mercadante, ao sair de reunião com outros líderes e o presidente do Senado, Renan Calheiros. O entendimento é em torno das novas regras para edição de medidas provisórias.

Página 3

Comissão quer ouvir Meirelles sobre denúncias

Página 5



ENGANO Acusações do governador aos senadores maranhenses são infundadas, afirma João Alberto

João Alberto rebate críticas do governador do MA

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) rebateu, durante discurso ontem em Plenário, críticas do governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares. O governador vem responsabilizando os senadores do estado pela demora na autorização de empréstimo do Banco Mundial (Bird) ao estado, no valor de US\$ 30 milhões. O chefe do Executivo maranhense disse que os recursos seriam aplicados em programa local de combate à pobreza.

Segundo José Reinaldo, o empréstimo aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desde o ano passado, mas os senadores do Maranhão estariam impedindo a apreciação da matéria. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ao governador, na semana passada, que iria ajudar na liberação do contrato com o Bird.

– Há uma dupla injustiça nessa acusação: os senadores do Maranhão e o Senado Federal não são responsáveis pela demora, e o descalabro e a vergonhosa confusão em que se transformou esse governo estadual não estão vinculados ao empréstimo – declarou João Alberto.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Lara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda



Senadores retomam discussão sobre biodiesel

Na sessão de hoje, às 14h, os parlamentares retomam a discussão sobre o projeto derivado da MP do Biodiesel, que tranca a pauta de votações. A proposta fixa as alíquotas a serem

pagas pela produção e importação do combustível, concede benefícios fiscais a algumas regiões, além de incentivos para a adoção do biodiesel como alternativa a combustíveis poluentes.

Limite de idade para nomeação de magistrado em exame na CCJ

O projeto que aumenta os limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e para a aposentadoria compulsória do servidor público será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião marcada para hoje, às 10h. Na segunda parte da reunião, os parlamentares analisam a indicação do nome do general-de-exército Sérgio Ernesto Alves Conforto para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

Furlan discute impactos da política industrial

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, participa da reunião de hoje da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), marcada para as 18h30. O ministro fala sobre os efeitos regionais da política industrial desenvolvida pelo governo.



CPI da Terra ouve depoimentos

A CPI da Terra ouve os depoimentos do pecuarista José Décio Barroso Nunes e do empresário Francisco Quincó, em reunião marcada para as 14h. Há denúncias

de que eles estejam envolvidos em grilagem de terras e com a pistolagem no estado do Pará. Os integrantes da CPI também votam requerimentos.

Comissão de Controle das Atividades de Inteligência

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional analisa amanhã, às 15h, o cronograma de trabalhos do colegiado para 2005. Além disso, a comissão indica os parlamentares que participarão do "Simpósio Internacional Prestando Contas em Segurança Nacional – Perspectivas Internacionais no Controle de Atividade de Inteligência".

Agricultura e CMO

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa requerimentos em reunião marcada para as 11h. Também a Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne hoje, a partir das 15h. Em pauta, exame de relatórios apresentados pelos parlamentares e votação de ata de reunião anterior.

Instalação de comissões

A Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde promove, às 11h30, reunião de instalação. Além disso, outro colegiado pode ser instalado, às 18h. Trata-se da comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória 243/05, que revoga os artigos da MP 232/04.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



TRAJETÓRIA Ao celebrar os 60 anos da entidade, Hélio Costa destaca atuação pela liberdade de imprensa

Costa parabeniza o Sindicato dos Jornalistas de MG

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) comemorou os 60 anos de fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG), que desde sua criação, observou, defende a liberdade de imprensa e a melhoria das relações de trabalho na área.

O parlamentar, que é jornalista e membro do sindicato, assinalou que muitos brasileiros ilustres já integraram os quadros da associação, tais como o presidente Tancredo Neves, o senador Edgar de Godoy da Mata Machado e os escritores Carlos Drummond de Andrade e Roberto Drummond.



HONRA Universidade do Tocantins concedeu à escritora título de doutor *honoris causa*, diz Eduardo

Eduardo destaca entrega de título a Zélia Gattai

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou em Plenário a concessão do título de doutor *honoris causa* à escritora Zélia Gattai, viúva de Jorge Amado, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). A homenagem foi realizada na Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, e coincidiu com o anúncio de criação da editora da universidade.

O senador revelou ainda sua expectativa de a Comissão de Educação (CE) aprovar projeto de sua autoria que inclui o BNDES entre os agentes financiadores do Programa de Financiamento Estudantil (Fies).



EXCELÊNCIA Garibaldi informa que centro já conquistou prêmios e formou 10 mil profissionais

Garibaldi destaca tecnologia do gás utilizada no RN

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) destacou ontem os três anos de funcionamento do Centro Tecnológico do Gás do Rio Grande do Norte. Segundo informou, a disseminação da tecnologia já levou a instituição a conquistar prêmios e a formar cerca de 10 mil profissionais. Ele creditou ao senador Fernando Bezerra (PTB-RN), quando presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o impulso à criação desse núcleo, que é gerido por um consórcio de direito privado composto pelo Serviço Nacional da Indústria (Senai) e pela Petrobras.



TRABALHO Demostenes afirma que agronegócio goiano ajuda a sustentar balança comercial

Demostenes exalta produção agrícola de GO

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) exaltou ontem o setor agropecuário de Goiás. Segundo ele, o estado é o principal produtor brasileiro de girassol, sorgo e tomate e está entre os primeiros produtores de leite, algodão, milho e soja.

– São cidades como as do sudoeste goiano que sustentam a balança comercial e garantem alimento para a população – ressaltou. Demostenes informou que começa hoje, em Rio Verde (GO), o “Agrishow Comigo”, uma festa para a qual são esperados 70 mil visitantes e quase 200 expositores, com a expectativa de meio bilhão de reais em negócios.

Acordo de lideranças pode garantir votação de incentivo ao biodiesel

■ Relator explica que a questão das alíquotas, ponto de maior discórdia, já está resolvida

Líderes de partidos no Senado conseguiram fechar um acordo básico para votar hoje o projeto de conversão da medida provisória que incentiva a produção de biodiesel no país. A matéria (PLV 02/05 da MP 227/04) está trancando a pauta no Senado e foi responsável pela suspensão da ordem do dia na sessão de ontem, evitando a votação de diversos outros projetos.

Conforme explicou o relator-revisor do PLV, senador Edison Lobão (PFL-MA), a questão das alíquotas, ponto de maior discórdia entre governo e oposição, está resolvida. A tributação sobre o biodiesel, pelos entendimentos, em nenhum momento poderá ser superior à praticada no caso do diesel fóssil, hoje fixada em R\$ 218,00

por metro cúbico. O texto do PLV, aprovado na Câmara dos Deputados e que está em debate no Senado, permite uma incidência de impostos superior a este teto.

Disfunções

Na avaliação do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o estabelecimento de alíquotas nacionais baixas para o biodiesel, como defendiam alguns parlamentares e representantes de produtores, poderia criar uma grande disfunção na economia, com impacto, sobretudo, na cultura e comercialização da soja, que tenderia a migrar para a nova atividade.

Outro avanço nas negociações, e que contribuiu para diminuir a resistência dos partidos oposicionistas, diz respeito à alíquota para a produção de biodiesel nas regiões Nordeste e Norte, e também em todo o chamado semi-árido. Os pequenos agricultores de palma e mamona dessas regiões, abrangidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf),

serão beneficiados com alíquota zero na comercialização do biodiesel. Segundo informou o líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), a mesma tributação poderá ser estendida, no futuro, a outros produtos como babaçu, algodão e até mesmo soja, que começa a ganhar espaço junto ao Pronaf.

Resposta

Com o entendimento, a proposta de reservar 50% da produção de biodiesel às áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) cai por terra. “A tributação zero pode levar o Norte e o Nordeste a responderem por grande parte da produção do biodiesel no país”, afirmou Lobão.

O parecer do senador vai viabilizar aos produtores, também, moratória de seis meses para que possam se adequar às exigências fiscais e técnicas da Secretaria da Receita Federal. Ao mesmo tempo, a quebra de equipamentos de registro não será motivo, por si só, para suspender a comercialização

do produto no mercado.

– Esta exigência contida no PLV, ao invés de ajudar, atrapalharia a implantação do programa – acentuou Lobão.

Cooperativas

Senadores interessados no tema e técnicos da Secretaria da Receita Federal, de acordo com o relator-revisor, devem apresentar hoje sugestões de emenda para garantir às cooperativas o aproveitamento dos créditos da contribuição para o PIS/Pasep e Confins, tal como já ocorre com as empresas. A proposta é patrocinada principalmente pelo senador Osmar Dias (PDT-PR) e, havendo consenso em torno dela, constará do parecer de Lobão.

O senador José Agripino (PFL-RN), no entanto, admitiu que a oposição poderá orientar suas bancadas a votarem contra o PLV do Biodiesel por considerá-lo inconstitucional. De acordo com Agripino, matérias que envolvem agências reguladoras não podem ser disciplinadas por meio de medida provisória.



CONSENSO Renan Calheiros (C) preside reunião entre as lideranças partidárias, que acabou fechando acordo básico para a votação da matéria em Plenário

Plenário deve votar logo mudanças nas MPs

A proposta de alteração da tramitação das medidas provisórias pode ser levada ao Plenário dentro de uma semana. A matéria foi discutida em reunião realizada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com os líderes partidários.

Não há consenso para limitar a edição de MPs sobre temas como matéria tributária – que é defendida por Renan –, mas

é provável o acordo para aceitar a restrição no caso de MPs que possam alterar contratos, visando, com isso, garantir a segurança jurídica aos investimentos no país.

– Estamos muito próximos do acordo. Esperamos na semana que vem ter essa matéria pronta para ir a Plenário – disse o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Entre os pontos de consenso

está a alternância do início da tramitação das medidas provisórias pela Câmara e pelo Senado, e a substituição da comissão mista para exame de cada medida pelas comissões já existentes nas duas Casas. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) julgaria a urgência e a relevância de cada MP, e o mérito seria discutido nas comissões permanentes, segundo o tema abordado por

cada medida.

A reunião contou com a participação do presidente da comissão que estuda as mudanças na tramitação das MPs, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Foram tratadas também as mudanças na tramitação do Orçamento da União. Ficou marcado para o dia 28 de abril a entrega de uma proposta pela comissão que estuda o assunto.

Garantia para emendas individuais ao Orçamento

A proibição de contingenciar as emendas individuais poderá constar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006. Essa é uma das propostas de alteração da LDO que deve ser submetida pelo relator da comissão temporária encarregada de reformular o processo orçamentário, deputado Ricardo Barros (PP-PR), na reunião agendada para amanhã, no Senado, a partir das 9h30.

O presidente da comissão, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), disse que o objetivo de realizar reuniões no Senado é obter maior envolvimento dos senadores no processo de discussão do novo texto da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, que disciplina o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A primeira versão foi apresentada ontem pelo relator.

Pelo texto preliminar, cada parlamentar poderá apresentar 30 emendas individuais ao projeto de lei do Orçamento (atualmente, são 20). Em compensação, os deputados e os senadores terão atuação mais restrita nos outros projetos orçamentários: até cinco emendas ao plano plurianual (PPA) ou ao projeto de lei que faça a sua revisão; até duas emendas tanto ao anexo de metas e prioridades da LDO quanto aos projetos de lei de créditos adicionais.

Clareza

As emendas regionais desaparecem. E as de bancada seriam reduzidas para cinco, independentemente do tamanho da bancada estadual (atualmente, variam de 18 a 23 emendas). As comissões permanentes, pela proposta inicial de Barros, teriam direito a duas emendas. O relator quer impedir as conhecidas "rachadinhas", que possibilitam emendas de designação genérica de ações, abrindo espaço para execução de obras não identificadas claramente no Orçamento.

Outra proposta de Barros é o esvaziamento da relatoria-geral do Orçamento. Ele sugere que o relator-geral fique com as despesas obrigatórias e o texto final do projeto de lei, tendo sua ingerência nos relatórios setoriais limitada a 10% dos recursos decorrentes da reestimativa de receita.

Dutra anuncia recordes na produção da Petrobras

■ Déficit no plano de previdência dos funcionários é atribuído ao aumento da expectativa de vida

O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, disse ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que a partir do próximo ano o Brasil poderá atingir a auto-suficiência na produção de petróleo. Ele informou que a média diária de produção de petróleo, em março deste ano, foi de 1 milhão 571 mil barris, portanto, de 80 mil barris acima da média do ano passado. E, no último dia 4 de abril, com a produção de 1 milhão 666 mil barris, a Petrobras bateu o recorde do mês anterior, que foi de 1 milhão 650 mil.

Celebrando esses resultados, Dutra projetou para 2005 uma produção média diária de 1,7 milhão de barris, o que significará crescimento da ordem de 14,5% em relação à produção do ano passado.

Durante a audiência pública, Dutra ofereceu dados sobre a situação da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros).

Exibindo *slides* ao longo de sua exposição, o presidente da Petrobras sustentou que a produção de derivados de petróleo terá sua curva de crescimento superada em 2006.

Vários senadores questionaram o presidente da Petrobras após sua exposição à CAE. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) indagou sobre os gastos da empresa com publicidade, enquanto Arthur Virgílio (PSDB-AM) quis saber os gastos da empresa com passagens aéreas e diárias. José Eduardo Dutra informou que o percentual de gastos da companhia com publicidade oscila entre 0,4% e 0,5%.

Jefferson Péres (PDT-AM) perguntou sobre a situação da Petrobras na Bolívia. Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou Dutra a respeito das iniciativas da estatal para contribuir com a expansão do programa de biodiesel.



OTIMISMO Dutra (segundo à esquerda, ao lado de Luiz Otávio e Romeu Tuma) afirma na CAE que país deverá ser auto-suficiente em petróleo em 2006

– É uma auto-suficiência sustentável ao longo dos anos, porque o nosso plano estratégico prevê que vamos estar em 2010 produzindo 2,3 milhões de barris de petróleo por dia no Brasil, com projeção de consumo da ordem de 2 milhões 23 mil barris por dia.

Apesar da queda da ordem de 3,1% na produção do ano passado, Dutra se disse otimista com a meta de conseguir a auto-suficiência em 2006.

Dutra também afirmou que os investidores têm tido percepção muito positiva dos resultados da companhia e que isso pode ser avaliado pelo valor das ações da empresa.

Petros

O requerimento para o comparecimento de Dutra à CAE foi apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e destinava-se a uma exposição sobre a situação econômica

da empresa. Dutra considerou importante, contudo, oferecer explicações a respeito da situação do plano de previdência dos funcionários da Petrobras, a Petros. Ele observou que fatores externos influenciam na definição do déficit atuarial de R\$ 5 bilhões 292 milhões, mas o grande impacto decorreu da mudança da tábua da expectativa de vida.

De acordo com Dutra, a tábua aplicada até 2001 previa que, em média, nos últimos seis anos, morreriam 999 pessoas beneficiadas com o plano Petros. Só que a realidade foi diferente, apresentando uma média de mortos de 409 pessoas.

– Portanto, a continuidade da utilização dessa tábua, embora significasse déficit menor, significaria que estávamos com uma premissa absolutamente irreal em relação à vida como ela é – observou.

Respostas a questionamentos dos senadores

Dutra respondeu que a principal ação da empresa em relação aos investimentos no programa de biodiesel é via Petrobras Distribuidora, que, em algumas regiões, já tem estrutura para comprar o combustível produzido.

Quanto à questão de Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a construção de um estaleiro em seu estado, Dutra afirmou que o Rio Grande do Sul está competindo em igualdade de condições com outros estados.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) perguntou sobre a exploração de gás no norte de Minas Gerais e ouviu de Dutra que os projetos no estado estão atendendo a cronograma estabelecido.

Delcídio Amaral (PT-MS) quis esclarecimentos sobre o custo para extração de cada barril de petróleo e com relação à estratégia para a construção de uma refinaria. O presidente da Petrobras respondeu que o barril custa mais de US\$ 4.

Quanto às indagações de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o presidente da Petrobras disse que, dentro de seis meses, a localização exata da refinaria a ser construída no Nordeste deverá ser anunciada.

Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a exigência de altos índices de nacionalização nos 22 navios petroleiros encomendados pela Petrobras, bem como nas próximas plataformas marítimas a serem construídas.

De olho na atuação do Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) instaurou diligência para apurar os motivos pelos quais o Banco Central não encaminhou as programações monetárias do terceiro e quarto trimestres de 2004 e do primeiro trimestre de 2005. O senador Delcídio Amaral (PT-MS), que requereu a diligência, disse esperar que o Legislativo encontre meios eficazes de supervisionar as metas da política monetária.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP) manifestaram apoio às propostas do relator. O objetivo é que o Senado crie mecanismos para monitoramento do Banco Central. Jefferson Péres afirmou: "Hoje o BC formalmente não tem autonomia e o Senado não tem ingerência nenhuma".

Jefferson Péres disse não ter receio da autonomia do Banco Central, contanto que se comprometesse com uma política monetária e metas de inflação e prestasse contas ao Senado do cumprimento dessas metas. "Estamos brincando de fiscalizar", assinalou Jefferson Péres.

Delcídio Amaral disse acreditar na aprovação, ainda este ano, de novos mecanismos de prestação de contas do Banco Central, que não se baseiem apenas em depoimentos eventuais das altas autoridades da área econômica.

Empréstimo para controle aéreo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável à solicitação da Presidência da República (MSF 100/05) de autorização para contratar operação de crédito externo, de US\$ 698,7 milhões, para financiar a aquisição de aeronaves para dois projetos (CLX e Modernização do P-3), que integram o Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Haverá contrapartida de US\$ 23,3 milhões do governo brasileiro.

O projeto P-3 prevê a aquisição, junto à empresa espanhola Eads Casa, de 12 aviões C-295, simulador de voo, pacote logístico para manutenção das aeronaves durante cinco anos e modernização de oito aviões P-3 A Orion.

O empréstimo será contratado pela União com consórcio de bancos formado pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, BNP Paribas e Santander Central Hispânico.

O relator da matéria, Romeu Tuma (PFL-SP), explicou que o objetivo do projeto P-3 BR é dotar a Força Aérea Brasileira (FAB) de uma frota de aeronaves de patrulha marítima.

Para o projeto CL-X serão compradas 12 aeronaves leves e os respectivos elementos de suporte para missões de transporte aéreo, lançamento aéreo, evacuação aeromédica e busca e salvamento.

Geraldo Magela



EMOÇÃO Alberto Silva (D) agradeceu sua indicação, durante solenidade que contou com as presenças do presidente Lula e dos senadores Sarney e Renan

Alberto Silva toma posse no Conselho da República

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) tomou posse ontem no cargo de conselheiro do Conselho da República, órgão de assessoramento direto do presidente da República que atua em casos de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e em questões que envolvam a estabilidade das instituições democráticas. O colegiado foi recriado pela Constituição de 1988 e a cadeira que o senador assume agora era antes ocupada pelo economista Celso Furtado.

Participaram da cerimônia, além dos familiares de Alberto Silva, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, Renan Calheiros, os senadores José Sarney (PMDB-AP), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Ney Suassuna (PMDB-PB), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM),

as senadoras Roseana Sarney (PFL-MA) e Ideli Salvatti (PT-SC), e o governador do Piauí, Wellington Dias.

Indicado por Sarney e aprovado pelo Senado, Alberto Silva agradeceu o que considerou “um dia de glória e de emoção” para si, para a sua família e para o seu estado, o Piauí, pois o último piauiense a fazer parte de um conselho de Estado havia sido o conselheiro Saraiva, há 150 anos. Ele lembrou a pesquisa que comandou, para gerar tecnologia de produção do biodiesel, encampada pelo governo como um programa que além de produzir combustível, também irá gerar renda para o pequeno agricultor.

O presidente ressaltou que o programa do biodiesel pode gerar empregos no Nordeste e ter a mesma importância para o país que teve o Proálcool.

Meirelles deverá falar sobre acusação de evasão de divisa

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) decidiu ontem convidar o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para se explicar, em audiência pública, sobre as acusações apresentadas pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Meirelles está sendo acusado de crime contra o sistema financeiro nacional, evasão de divisas do país e crime eleitoral. O convite foi aprovado a partir de requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Virgílio aconselhou o presidente do Banco Central a renunciar. O senador disse ser a favor da independência do BC, mas vê como empecilho o banco estar sob a direção de um presidente com “tantas

Roosevelt Pinheiro



EXPLICAÇÃO Requerimento de Arthur Virgílio para realização de audiência foi aprovado pela CMA

suspeitas”.

O senador também elogiou Lula por convidar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para integrar a comitiva que vai participar das homenagens ao Papa. O líder do PSDB considerou a iniciativa um gesto de grandeza política de Lula, já que o funeral do Papa vai reunir outros ex-presidentes.

Fundo de pobreza pode destinar 20% à educação

Comissão de Educação aprova projeto que destina parte do fundo à educação infantil em tempo integral

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) ao Projeto de Lei 259/02, que destina 20% do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza ao atendimento da educação infantil em tempo integral. O relatório foi apresentado na forma de voto em separado e aprovado com nove votos favoráveis, quatro contrá-

rios e uma abstenção.

O voto em separado venceu o parecer da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que indicava a rejeição da matéria e foi derrubado com oito votos contrários, cinco favoráveis e uma abstenção. A proposta ainda será examinada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Assuntos Sociais (CAS).

Foi aprovado também pela CE parecer do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) favorável ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A matéria

segue para exame do Plenário. O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou a aprovação do projeto e destacou que “a História não conta a vida dos grandes homens negros”, lembrando que Milton Santos era um grande intelectual e neto de escravos.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) solicitou vista do PLS 252/99, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que assegura investimentos para a educação indígena e que recebeu parecer favorável do relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC). Ela afirmou que pedirá realização de audiência pública para discutir a educação indígena.



VOTAÇÕES Hélio Costa preside reunião que aprova benefícios para a educação infantil e cria novo feriado nacional

Feriado para o Dia da Consciência Negra

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que cria um novo feriado nacional, em 20 de novembro. Essa data, Dia da Consciência Negra, é o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, escravo morto e esquartejado em 1695. O projeto (PLS 302/04) teve como relatora a senadora Fátima Cleide (PT-RO) e é terminativo. A matéria agora segue direto para exame da Câmara, a não ser que pelo menos nove senadores exijam que o Plenário examine o tema.

Paim disse que a data já é feriado em vários municípios, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Na opinião dele, tornar a data especial é “uma forma de sanar a dívida histórica que o país tem com os negros”.

– No país mais capitalista do mundo, os Estados Unidos, é feriado a data que homenageia Martin Luther King (líder negro norte-americano). Lá a lei foi aprovada por unanimidade no

Congresso. E naquele país os negros são 11% da população. Aqui 50% dos brasileiros são negros – destacou Paim.

Alguns senadores se preocuparam com a criação de mais um feriado. Fátima Cleide concordou que há feriados demais, mas que oficializar o dia de Zumbi é, “no mínimo, o início de um reconhecimento da dívida que a população brasileira tem para com esse herói nacional”. Ela destacou que não se trata de um dia para não trabalhar e sim “um dia de luta e reflexão para formar a consciência da juventude”.

O presidente da comissão, senador Hélio Costa (PMDB-MG), defendeu a proposta e sugeriu a aprovação de um projeto que regulamente o número de feriados. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) se disse favorável ao projeto. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) reconheceu o mérito da matéria, mas externou preocupação com mais um feriado nacional.

Instalada comissão para regulamentar reforma do Judiciário

O Congresso Nacional instalou ontem a comissão especial mista que regulamentará a reforma do Judiciário. A comissão deve elaborar, em 180 dias, os projetos de lei necessários à regulamentação das matérias tratadas na Emenda Constitucional 45, no tocante à ampliação e celeridade do acesso do cidadão à Justiça. Na próxima reunião, o colegiado irá eleger seu presidente, vice-presidente e relator. São membros titulares da comissão os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Jorge (PFL-PE), Demostenes Torres (PFL-GO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Serys Slhessarenko (PT-MT), Francisco Pereira (PL-ES), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Jefferson Péres (PDT-AM).

José Cruz



RETALIAÇÃO Mesquita Júnior afirma que estão tentando intimidá-lo, em razão das críticas que faz ao governo

Mesquita Júnior diz que matéria de jornal foi encomendada

“Não sou safado, não sou bandido, não sou corrupto e não sou ladrão. E tenho humildade para rever, quando necessário, meus erros e equívocos, que acompanham aqueles que tentam acertar”, desabafou o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), ao classificar como “encomendada” matéria publicada no fim de semana pelo *Jornal do Brasil*. O texto

trata da existência de parentes de Mesquita Júnior trabalhando em seu gabinete.

Segundo o senador, a matéria tem como objetivo intimidá-lo, em virtude das críticas que faz aos governos federal e do Acre. Haveria, na sua avaliação, o propósito de retirá-lo do debate político estadual, bem como atingir a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e demais

integrantes do seu partido, de oposição ao governo Lula.

Competência

O parlamentar disse que não vai retaliar o ataque e reconheceu que o repórter tratou de assunto que interessa à sociedade – o nepotismo. Assim, ele agradeceu a oportunidade de também falar sobre o tema e, se for o caso, corrigir eventual falha que tenha cometido. Mas

destacou que todas as pessoas lotadas em seu gabinete foram contratadas em razão da competência, critério extensivo aos poucos com que mantém laços de parentesco.

– Não recrutei nenhum Waldomiro Diniz, aquele proeminente membro do Palácio do Planalto que apareceu na televisão confessando que é propineiro e ladrão – reagiu.

Osmar Dias alerta para risco de queda de ponte

O senador Osmar Dias (PDT-PR) alertou, ontem, para o risco de queda da ponte do Arco, que liga o Paraná a Santa Catarina. Ele afirmou que há laudo técnico indicando o perigo, e relembrou acidente ocorrido anteriormente, quando caiu a ponte que unia os estados do Paraná e de São Paulo, na BR-116, causando a morte de um caminhoneiro.

– Recebi do prefeito de União da Vitória ofício assinado por um engenheiro da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Vale do Iguaçu. O documento afirma que foram constatadas anormalidades na ponte, entre elas o desvio de prumo de pilares, e que um laudo técnico atesta o risco de queda – relatou.

Segundo ele, “existe um jogo de empurra entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e o governo do estado do Paraná”. O senador anunciou que enviará ofício ao DNIT, para que sejam tomadas providências.

Osmar Dias também anunciou, em seu discurso, a inauguração de uma nova unidade da cooperativa Cevale no Paraná. Com a ampliação, sua produção de frango vai passar de 150 mil para 500 mil toneladas/dia. O senador disse que a Cevale, formada por pequenos e microprodutores, é a segunda maior do país no setor.



VÍTIMA Osmar Dias lembra que já houve queda de ponte entre PR e SP, com morte de um caminhoneiro

Simon contesta idéia de que CPIs acabam em *pizza*

■ O senador indica como prova a decisão da Justiça em condenar à prisão ex-dirigentes do Banco Central

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) contestou, ontem, a afirmação de que as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) do Congresso terminam em *pizza*. O senador apontou como prova a decisão da juíza Ana Paula Vieira de Carvalho, da 6ª Vara Criminal Federal, do Rio, condenando a dez anos de prisão o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes e mais quatro ex-dirigentes da instituição, por prestarem socorro financeiro aos bancos Marka e Fonte-Cindam, em 1999. Em sua decisão, noticiada pelos jornais do dia, conforme Simon, a juíza “resolveu acatar a decisão da CPI dos Bancos”.

Simon observou que a maioria das comissões de inquérito terminou com relatórios con-



GAVETA No passado, conforme Simon, o arquivamento das denúncias frustrava as investigações

clusivos. “A CPI do Collor resultou na cassação do presidente da República. A dos Anões cassou muitos parlamentares, e a CPI do Banestado não pôde ser concluída, mas os documentos que ela recebeu foram entregues ao procurador-geral da República”, anotou.

Missão cumprida

Para o senador gaúcho, o Congresso cumpre suas missões em relação às CPIs. Antes, porém, quando os relatórios eram enviados ao Supremo

Tribunal Federal, o procurador-geral da República engavetava o material e nada acontecia. Agora, afirmou ele, essa situação se modificou, porque “não temos mais um engavetador, e sim um procurador”.

Quanto à decisão em relação à CPI do Banestado, encerrada antes da votação do relatório, Pedro Simon disse ter sido a mais acertada. Visto que não se chegaria a uma conclusão, pois o relator pedia verificação de quórum para evitar convocações, ele disse que a comissão optou por entregar importante documentação – contida em caixas enviadas pela Justiça americana – ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

– Ficamos desapontados porque a CPI não realizou o que os senadores gostariam. Mas, no fundo da consciência, temos a tranquilidade de que passamos a responsabilidade para alguém mais competente e capaz para levar o assunto adiante – assegurou Simon.

Antero pede novo envio de dados ao MPU

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) levantou questão de ordem junto à Mesa do Senado, ontem, motivada por solicitação do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, de envio dos documentos obtidos pela CPI do Banestado ao Ministério Público da União (MPU). Apesar de assegurar que todos os dados recolhidos durante os trabalhos já foram encaminhados ao MPU, Antero, que presidia a comissão, recomendou à Mesa que atenda ao pedido.

Até o encerramento dos trabalhos da CPI do Banestado, que, como lembrou Antero, se deu em 27 de dezembro de



DEFESA Antero: se há novos documentos, eles devem seguir para exame do Ministério Público

2004, todo o material reunido já havia sido repassado ao MPU, à Receita Federal e à Polícia Federal. Entretanto, como soube que novos documentos destinados à comissão chegaram

ao Senado em janeiro passado, defendeu a remessa dessas informações ao MPU.

– A CPI entregou oficialmente todos os dados enquanto estava investida de poderes judiciais – declarou. Além de ser uma obrigação legal, o senador mato-grossense esclareceu que a decisão de remeter esses documentos ao Ministério Público foi referendada pela própria comissão.

No exercício da presidência do Senado, o 4º secretário da Mesa, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), disse que iria encaminhar o pedido de Antero ao presidente da Casa, Renan Calheiros.



FALSIDADE Para Suassuna, acusação divulgada sobre ministro não passa de “informação requeitada”

Denúncias contra Jucá são injustas, afirma Suassuna

Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou injustas as denúncias feitas pela imprensa no último fim de semana contra o ministro da Previdência Social, Romero Jucá. Ele expressou sua confiança no ministro e informou que o próprio Jucá pediu ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, para ser investigado pelo Ministério Público.

Para o parlamentar paraibano, não passa de “informação requeitada” a acusação de que Jucá, durante o mandato de senador, teria incluído, no projeto de conversão da MP 222, artigo autorizando o uso de terras suspeitas de grilagem para quitar débitos previdenciários. “A inclusão da emenda foi fruto de acordo entre as lideranças partidárias na Câmara dos Deputados, entre eles os deputados Paulo Rocha, José Borba e Professor Luizinho”, explicou ele.

– Romero Jucá é considerado, por todos nesta Casa, habilidoso, cooperativo, inteligente e capaz. O senador teve papel importante no governo Fernando Henrique Cardoso e conquistou a confiança do atual governo por sua atuação parlamentar como relator de diversas matérias, entre elas a do Orçamento e a reforma tributária. Sua atuação como ministro é brilhante.



O papel desempenhado por João Paulo II em favor da harmonia entre os povos e da justiça social dominou os debates de ontem, no Plenário, com pronunciamentos de senadores de vários partidos

Apóstolo dos direitos humanos e da justiça

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) afirmou que a biografia de João Paulo II deve servir de exemplo sobre o que deve ser feito para "exorcizar as mazelas sociais do Brasil".

– O Papa transcendeu as fronteiras da Igreja Católica. Exímio articulador político e um dos maiores comunicadores de nosso tempo, Karol Wojtyła foi um verdadeiro peregrino da fé, da paz e da esperança. Em suas andanças, emprestou seu talento à defesa intransigente da paz mundial, da harmonia entre os povos, dos direitos humanos, da justiça social. Foi, sobretudo, um arauto do perdão.

Ela lembrou que, nas três visitas que o Papa fez ao Brasil, não se furtou a tratar de "temas ora incômodos, ora politicamente delicados". Conforme frisou, o Papa defendeu a democracia e a liberdade política, quando o país ainda vivia o entardecer da ditadura militar.

Comitiva

Já Aloizio Mercadante (PT-SP) considerou "uma demonstração de grandeza política" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a heterogeneidade da comitiva brasileira que irá assistir ao sepultamento do papa João Paulo II. Para ele, a sociedade brasileira estará devidamente representada por meio dessa delegação, pela diversidade política, partidária e equilíbrio dos três Poderes.

– Esse gesto político não será esquecido. Terá significado histórico – destacou Mercadante.

Além de Lula, integrarão a comitiva os presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, e ainda os ex-presidentes

José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco, embaixador do Brasil na Itália.

Ao propor voto de profundo pesar pela morte do Papa, Eduardo Suplicy (PT-SP) fez uma análise da atuação de João Paulo II em seus 27 anos à frente do Vaticano. O parlamentar paulista relembrou a grande contribuição que o Sumo Pontífice deu à Humanidade, a partir de seus esforços em prol da justiça, da paz, do diálogo e de pedidos de perdão.

Paz no mundo

No entender de Suplicy, o Papa foi uma das pessoas que mais contribuíram para a compreensão de que a verdadeira paz no mundo só poderia ser alcançada na medida em que, dentro de cada nação e entre as nações, fosse realizada a justiça.

Leonel Pavan (PSDB-SC) relatou encontro com o pontífice durante a inauguração do monumento "Cristo Luz", na cidade de Balneário Camboriú (SC), em outubro de 1997, durante a sua segunda gestão na prefeitura local. Ele se referiu também a sua visita ao pontífice no Vaticano, em 1998, na companhia dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Marco

Maciel (PFL-PE).

Reflexão

Delcídio Amaral (PT-MS) lamentou a morte do papa João Paulo II e classificou Sua Santidade como um dos mais notáveis papas da história da Humanidade. Destacou que João Paulo II conseguiu a proeza de ser, simultaneamente, conservador e revolucionário.

A senadora Serys Slhes-

sarenko (PT-MT) afirmou que a morte de João Paulo II entristeceu a todos, independentemente de pertencerem ou não à comunidade católica, porque foi um homem que ultrapassou as fronteiras do catolicismo como peregrino da paz.

Serys assinalou que a luta do Papa força uma reflexão no sentido de que todos trabalhem para a construção da paz.



Luta contra a opressão e as desigualdades sociais

"Um dos mais impressionantes aspectos da personalidade de João Paulo II foi sua capacidade de compreender, de assumir por completo, de se identificar com os povos e com os fiéis de todo o mundo", afirmou o senador José Sarney (PMDB-AP).

O parlamentar, que foi recebido pelo Papa quando era presidente da República, destacou a habilidade de Sua Santidade para evitar uma guerra entre comunismo e capitalismo.

Já Paulo Paim (PT-RS) sustentou que o Papa refletiu o conservadorismo da Igreja Católica, por ser esta uma instituição milenar. Ele salientou que o

Papa pediu perdão pelos erros da Igreja e nunca se omitiu diante das desigualdades sociais.

Referindo-se a uma entrevista do frei Leonardo Boff, Paim lamentou que João Paulo II não tenha entendido a Teologia da Libertação.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) indagou por que Boff e o bispo Pedro Casaldáliga não falaram quando o Papa estava vivo, e elogiou d. Paulo Evaristo Arns, "que poderia ter queixas do Papa, por ele ter dividido a Arquidiocese de São Paulo".

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) mencionou, entre as qualidades de João Paulo II, a firmeza e o alto grau

de humanismo. Disse que ele conquistou o coração das famílias e dos jovens de todo o mundo com seu espírito de peregrino.

Diálogo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou o papel decisivo do pontífice na disseminação do diálogo e da cooperação pelo mundo. "Neste momento em que o mundo chora a morte de um homem, penso que será difícil que surja um outro personagem histórico com a potência geopolítica e religiosa equivalente à do papa João Paulo II."

Renan assinalou que o Papa soube reconhecer a omissão da Igreja Católica no massacre dos

judeus pelos nazistas, buscou a interlocução entre as religiões e atuou de forma decisiva para impor a democracia no Leste Europeu.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) classificou a viagem a Roma, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e José Sarney, no avião da Presidência da República, como "um fato inimaginável, não fosse a morte do Papa".

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, apesar de ter condenado o teólogo Leonardo Boff, o pontífice fez, no Brasil, pregações que tinham a mesma lógica da Teologia da Libertação.

Apoio

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aplaudiu a disposição do ex-presidente Fernando Henrique de participar do voo que levará Lula e convidados a Roma. Há poucas semanas, o ex-presidente foi agredido em um discurso do presidente Lula, disse Azeredo, para quem Fernando Henrique teria motivos para não ir a Roma no avião presidencial.

Flávio Arns (PT-PR) concordou que existem no Brasil muitos motivos para reunir os ex-presidentes da República e sugeriu que o mesmo venha a ocorrer com governadores e ex-governadores, prefeitos e ex-prefeitos.

Serys presta homenagem aos servidores do Senado

Ao agradecer o trabalho realizado pelos funcionários da Casa, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse ontem que o quadro de colaboradores do Senado é da melhor qualidade. Lembrando afirmação do presidente Lula de que os servidores públicos precisam de estímulo, a senadora observou que, no governo anterior, na tentativa de se construir o Estado mínimo, as instituições foram praticamente destruídas e seu funcionalismo desprestigiado.

Apesar de criticados, há servidores dispostos a fazer o melhor para o país, afirmou a senadora. No Senado, completo, não há uma etapa sequer do processo legislativo que dispense a colaboração dos profissionais da Casa. A senadora elogiou especialmente o trabalho da Diretoria Geral, comandada por Agaciel da Silva Maia, e da Secretaria Geral da Mesa, com Raimundo Carreiro, citando todas as competências do trabalho legislativo, entre elas a taquigrafia, suporte bibliográfico e atas.

Serys destacou o papel da Consultoria Legislativa e da Comunicação Social, incluídas as relações públicas, o programa editorial e o complexo de rádio, televisão, jornal e agência Senado. A qualidade do trabalho desses organismos já rendeu prêmios como o iBest, que considerou a página da Agência Senado o melhor *site* brasileiro na categoria Política, em 2003, o prêmio O Sul, Nacional e os Livros, oferecido pelo Rio Grande do Sul na categoria Destaque Nacional, além de a TV Senado ter recebido da Associação Paulista de Críticos de Arte, em 2002, o prêmio de melhor televisão na categoria Utilidade Pública.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que, quando exerceu o cargo de primeiro-secretário, testemunhou o que Serys relatava sobre os recursos humanos do Senado.

Serys registrou também seu voto de pesar aos familiares dos militares tenente Rodrigo Ribeiro, sargento Joel Pereira Machado e soldado Júlio Márcio de Jesus, mortos na queda do helicóptero Águia Uno.

VIOLÊNCIA

Alvaro Dias defende mais verbas para segurança, enquanto Marcelo Crivella denuncia brutalidade política e social

Crivella: massacre reflete crise econômica e moral

O recente massacre na Baixada Fluminense – que resultou no assassinato de 30 pessoas nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados – foi associado pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ) à desigualdade socioeconômica do país. Segundo Crivella, “o Brasil vive a sua pior crise econômica, social, moral e espiritual”.

– As suspeitas recaem, mais uma vez, sobre policiais militares que estariam inconformados com a disciplina implantada pelo novo comandante do batalhão de Caxias, mas não estamos apenas diante de um caso de brutalidade policial. Isso é somente o aspecto exterior da tragédia. Estamos diante de uma realidade de brutalidade política, econômica e social, encarnada sobretudo em uma política econômica que só atende aos interesses das elites financeiras e degrada o aparelho público, inclusive o policial.

Para Crivella, as chacinas de Acari, Vigário Geral, Candelária, Nova Brasília e a da semana passada evidenciam a violência utilizada pelas forças policiais contra as populações pobres. Como contraste, ele afirmou que dificilmente um bando de



Fotos: Roosevelt Pinheiro

DESABAFO Política econômica só atende interesses das elites financeiras, segundo Crivella

assassinos percorreria livremente as ruas de Ipanema ou do Leblon para trucidar em duas horas dezenas de pessoas, como foi o caso da Baixada Fluminense, inclusive porque, em sua opinião, o policiamento nessas áreas nobres não propicia as condições da realização de tal ação.

– Talvez tenha sido necessária essa barbaridade para sacudir nossa consciência coletiva, no sentido de uma grande aliança visando à reversão desse quadro. Temos de ter a coragem cívica de apontar o foco de nossa degradação social, e assumir a responsabilidade pela busca de uma saída – disse Crivella.

Alvaro Dias lamenta cortes na segurança pública

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou que, enquanto a violência se alastra por todo o país e as chacinas se incorporam ao cotidiano da população, a equipe econômica do governo Lula tenha anunciado um corte de R\$ 242 milhões no orçamento deste ano do Fundo Nacional de Segurança Pública. Ele informou que o valor corresponde a 58,8% dos gastos do Orçamento para o fundo.

Os cortes anunciados pelo governo, como detalhou Alvaro Dias, atingiram, entre outros, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai). Ele lembrou que, nos seis primei-

ros meses de 2004, o governo federal aplicou apenas 0,4% do previsto para o Fundo de Segurança Pública. “Ao final do ano, esse percentual subiu para 48,8%, menos da metade do que havia sido previsto no Orçamento”, completou.

– A segurança pública não é prioridade para o governo Lula. Não podemos imaginar que apenas com uma simples campanha de desarmamento da população nós vamos combater a violência no país. É preciso muito mais.

Na avaliação de Alvaro, os cortes anunciados pelo governo, que atingiram diversas áreas da administração pública



COMPROMISSO Alvaro Dias afirma que filosofia do FMI foi incorporada pelo governo

federal, configuram a existência de um FMI doméstico. Para ele, ficou sem sentido todo o alarde feito em torno da não renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional, já que a filosofia daquele organismo foi incorporada pelo governo, comprometendo os investimentos públicos.



REGRAS Para Leomar Quintanilha, indefinição tem prejudicado a atividade agropecuária

Quintanilha quer debate sobre reserva florestal

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu, ontem, a retomada urgente do debate sobre os limites mínimos de reserva legal e de preservação permanente de mata nativa nas propriedades rurais, de que trata a Medida Provisória 2.166/01.

A questão afeta o setor agrícola, que, segundo Quintanilha, vem trazendo resultados positivos ao Brasil, no que diz respeito à produção e à geração de empregos. A “indefinição” em relação a algumas questões, de acordo com o parlamentar, tem causado inquietação e prejudicado a atividade agropecuária.

Para ele, a medida ainda não foi tratada com sua devida importância. O assunto não chegou a ser apreciado no Plenário do Congresso Nacional.

– Um tema de tamanha importância para o país não pode permanecer indefinidamente sem deliberação do Parlamento. O Congresso Nacional tem que exercer a sua prerrogativa constitucional de opinar sobre esse assunto em nome da sociedade brasileira. Esse debate deve ser retomado com a urgência que a sua importância requer – assinalou.

A Medida Provisória 2.166/01 foi editada 66 vezes, durante o governo anterior, quando a Constituição ainda permitia a reedição de medidas provisórias. Ela altera artigos e acresce dispositivos à Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal, além de modificar o artigo 10 da Lei 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).